

ANTONIO LOPES

João Gualberto da Costa
ESBOÇO BIOGRAFICO

039670/2004



L0000039679

1944

ANTÔNIO LOPES



JOÃO GUALBERTO DA COSTA
Esboço Biográfico

BIBLIOTECA PÚBLICA
BENEDITO LEITE
DOAÇÃO

L 39679

1944
TIPOGRAVURA TEIXEIRA
MARANHÃO

ANTÔNIO LOPES

ORNA
903.4
2832.16

O COMENDADOR

João Gualberto da Costa

ESBÔÇO BIOGRÁFICO

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO
COMERCIAL DO MARANHÃO EM
HOMENAGEM AO PRIMEIRO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DA
PRAÇA DE S. LUÍS.



TIPOGRAVURA TEIXEIRA
MARANHÃO

BIBLIOTECA PÚBLICA
BENEDITO LEITE
DOAÇÃO

REGISTRO SETORIAL
Seção Obras Raras
N.º 229
Data 14/12/73



A Associação Comercial do Maranhão pretende comemorar o nonagésimo aniversário da fundação de órgão de caráter permanente para tratar dos interesses do comércio de S. Luís.

Antes de 1854 já os comerciantes da Capital do Maranhão reuniam quando era preciso deliberar sobre os interesses da sua classe. Dá-nos conta disso César Marques, no seu "Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão" pag. 148, artigo "Comissão da Praça". As reuniões eram, a princípio, na casa de propriedade de Nicolau Teixeira, á Praia Grande. Mais tarde passaram a realizar-se nos Armazéns de Alexandre José de Alineida, depois pertencentes á Alfândega.

A Câmara Municipal permitiu á Companhia Confiança, construisse esta as "Barracas da Praia Grande", ainda hoje existentes e conhecidas pela denominação tradicional de *Casa da Praça*. Obrigou-se a companhia a ceder uma das lojas do prédio que ia edificar ao corpo dos comerciantes, que lá se estabeleceu até o ano em que a sede da Associação Comercial foi transferida para a casa onde funciona o Departamento Estadual de Estatística, passando mais tarde para o edificio do Palácio do Comércio, levantado nos chãos do sobrado onde funcionou o Hotel Central do francês Champoudry.

BIBLIOTECA PÚBLICA
BENEDITO LEITE

Em 1850 teve o Brasil codificado o seu direito comercial. O Código Comercial Brasileiro, no Título II da Parte I, reuniu três artigos sobre as Praças de Comércio e, no de n.º 34, exarou :

“Os comerciantes de qualquer praça poderão eleger dentre si uma comissão que represente o corpo do Comércio da mesma praça”.

Acresce que com a instituição dos Tribunais de Comércio, o corpo comercial de cada praça teria de eleger três dos seus membros, para com os magistrados designados pelo Governo Imperial comporem esses órgãos. E a Capital do Maranhão seria escolhida para sede de um desses tribunais.

O Decreto n.º 1597, de 1.º de maio de 1855 criou um Tribunal de Comércio de 2.ª Instancia em S. Luís. E assim veio outra razão para que não mais deixasse de existir uma agremiação dos negociantes da praça.

Em 1854 os comerciantes de S. Luís do Maranhão, persuadidos das vantagens decorrentes do que facultava o artigo 34 do Código Comercial, resolveram organizar uma Comissão para representar de modo regular e permanente o corpo comercial da cidade.

Reuniram, para tal fim, no dia 21 de agosto os negociantes que formavam a mesa dos trabalhos preparatórios. Eram eles :

João Gualberto da Costa — Presidente
Manuel Antonio dos Santos
Jorge Maria de Lemos e Sá — Secretarios.

A 28 dêsse mês foram eleitos para a comissão os seguintes commerciantes :

João Gualberto da Costa — Presidente
José Antonio da Silva Guimarães — Te-
soureiro
Jorge Maria de Lemos e Sá — Secretário
Manuel Antonio dos Santos
Luís da Serra Pinto
Manuel Gonçalves Ferreira Nina
Manuel Pereira Guimarães Caldas
Antonio Francisco de Azevedo
Joaquim Antonio da Silva Ferreira.

A 7 de setembro instalou-se na casa de seu Presidente a Comissão da Praça.

Não era ainda a Associação Comercial do Maranhão, que só recebeu este nome a 5 de fevereiro de 1878, porém a agremiação hoje representativa do comércio sanluisense teve sua origem na mesma entidade criada em 1854, embora sob diversa denominação, para finalidade igual.

* * *

— Que informação seria possível encontrar sobre o Presidente da Comissão da Praça instituída em 1854? — perguntou-nos o atual Presidente da Associação Comercial, Dr. João Sales de Oliveira Itapari.

Perguntas assim colocam frequentes vezes em apuros aquêles que se preocupam com investigações sobre o passado da nossa terra, quase sem arquivos onde se possa pesquisar algo sobre homens e fatos de há sessenta senão cinquenta anos.

Os arquivos maranhenses sofreram quase total devastação devida ao tempo, ao cupim e à incúria dos homens ou às três causas reunidas,

das quais a última leva a palma as duas ou ras, como é muito fácil demonstrar.

Daquele antigo comerciante do Maranhão tinhamos poucas informações colhidas em palestras com o illustre maranhense Desembargador João Gualberto Torreão da Costa, seu neto, que nasceu oito anos antes de falecer o avô.

Lendo a história do Maranhão dos agitados dias que precederam e sucederam de pouco a adesão da nossa terra á Independencia do Brasil, encontrávamos constantemente o nome de João Gualberto da Costa em foco.

Faltavam, porém, dados precisos para um esboço biográfico.

No cartório do Dr. Artur Santa Maria Valente de Lima, segundo nos dissera este nosso ex-aluno, estavam guardados os autos de inventário de D. Ana Jansen. Talvez nos papéis desse cartório houvesse documentação acerca do primeiro Presidente da Comissão da Praça.

Por felicidade fomos dar com o cartório do Dr. Santa Maria com uma admirável organização: todos os antigos autos em ordem numerica e, o que é mais, tombados minuciosamente num livro escriturado com esmero.

Com facilidade foi encontrado o testamento de João Gualberto da Costa. Descoberto o testamento, fomos encontrar os autos de inventário no arquivo do cartório do escrivão Sr. José Rodrigues Moreira, tão bem organizado quanto o do Dr. Santa Maria. E á luz desses documentos pudemos escrever o esboço biográfico ora publicado graças á solicitude da Associação Commercial do Maranhão.

E para lamentar que trabalho de mais valia

DOAÇÃO
de
José Raimundo Santos
São Luís - MA.

— 7 —

sobre aquela figura do Maranhão de outrora não aparecesse para com êle prestar o corpo comercial sanluisense condigna homenagem a um dos mais n.º áveis comerciantes da nossa praça.

* * *

Nasceu João Gualberto da Costa a 12 de julho de 1793 na cidade de Lisboa. Era filho legítimo de Francisco da Costa e D. Honorata Maria Joaquina da Costa.

Tinha dois irmãos: Antonio Julião da Costa, o mais velho, e Francisco Gaudêncio da Costa.

O pai deixou-lhes bons haveres, com os quais puderam os três filhos abrir caminho no comércio.

Sabemos com certeza, á luz de um documento (1), que em 1828 Antonio Julião da Costa se achava em Liverpool, onde viveu pelo menos até 1848 e morreu.

Não nós foi possível apurar se êle foi estabelecido no Maranhão ou em Portugal, antes de ir viver na Inglaterra, ou se foi estabelecido com casa comercial em Liverpool.

Parece-nos, porém, que se estabeleceu em S. Luís e daqui se retirara para a Inglaterra, onde viveu dos rendimentos da fortuna adquirida no Maranhão.

Francisco Gaudêncio da Costa foi comerci-

(1) — O documento a que nos referimos é certidão de uma escritura afínente á Fábrica Feliz Empresa, desta Capital. Está nos autos de inventário de João Gualberto da Costa (fls. 80 a 83).



ante na cidade do Pôrto, no seu país natal, e lá viveu até 1828. Depois veio estabelecer-se em Belém do Pará, onde ainda vivia em 1848, segundo o documento anteriormente citado.

João Gualberto da Costa permaneceu em Portugal até aos 18 ou 20 anos, estudando. Podemos com segurança afirmar que não era um desses jovens portugueses sem educação e recursos, que vinham de além-mar para o Maranhão trabalhar de marçano pelo armazém da Praia Grande ou hortelão e moço de estribaria nas quintas do Caminho Grande, perenentes então á nobreza da terra.

Com 29 anos de idade e 10 ou 11 de domicílio no Maranhão, já aparece entre os homens mais considerados e influentes da cidade de S. Luís, como se pode ver através da historia da adesão do Maranhão á causa da Independencia.

Tinha recursos que lhe permitiram associar-se aos 24 anos, com capital próprio, ao seu irmão Antonio Julião, numa industria, como adiante veremos.

A sua educação era a de um homem da sociedade. Assim o vemos em toda a sua vida no Maranhão, onde teve uma projecção que o dinheiro nunca proporciona aos homens, quando a esse elemento não se alia, além da honestidade o trato de cavalheiro. Com referencia á sua instrução não precisamos, para saber que era ampla, senão do fato de ter sido escolhido secretário da *Comissão Particular de Administração e Interêsse Publico*, da qual faziam parte homens instruidos como o Dr. Patricio de Almeida e Silva, depois Senador do Império, o Padre José Antonio da Cruz Ferreira Tezinho, jornalista,

depois eleito Deputado às Côrtes de Portugal pelo círculo do interior do Maranhão, ao mesmo tempo em que eram eleitos pelo círculo da Capital os Drs. Manuel Paixão dos Santos Zaqueu e (como substituto) Antonio Pedro da Costa Ferreira, depois Senador do Império e Barão do Pindaré.

Melhor prova temos, porém, de que era homem de certa cultura. E' que, em 1846, quando contava 53 anos de idade, foi um dos fundadores da Sociedade Filomática Maranhense, com os Drs. José da Silva Maia, Joaquim Vieira da Silva e Souza, Francisco de Melo Coutinho de Vithena, Raimundo Joaquim Cantanhede, Teofilo Leal, Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, Gomes Belfort (depois Barão do Coroatá) e outros. A sociedade publicou o "*Jornal da Sociedade Filomática Maranhense*", do qual saíram dois numeros. (1).

A sociedade, informa Joaquim Serra, "instituiu preleções scientificas e literarias, aos domingos, no salão da Camara Municipal". Os numeros do seu jornal foram consagrados a assuntos scientificos, especialmente agricolas.

Para consolidar a posição de destaque alcançada por João Gualberto da Costa na sociedade, comércio e meio politico do Maranhão contribuiu o seu casamento com D. Raimunda Lamagnere Frazão, pertencente a uma das mais illustres familias da terra maranhense, — a de Lamagnere.

(1) — Ribeiro do Amaral — "*Efemérides Maranhenses*", pag 92. Maranhão 1923. — Joaquim Serra — "*Sessenta Anos de Jornalismo*", pag. 39. Rio Janciro. MDCCCLXXXIII.

Quando terminou a ocupação francesa no Maranhão, alguns franceses, que para aqui vieram na expedição de La Ravadiere ou durante o curto periodo de existencia da chamada *França Equinocial*, não quiseram voltar á Europa, porque já se sentiam para sempre ligados á terra que escolheram para sua nova pátria.

Entre estes contavam-se os fidalgoes normandos De L'Aunay ou Launé e De La Magnere ou Lamagnere, troneos das familias Launé e Lamagnere. A primeira pertenciam Egídio Launé jovem companheiro de Frederico Magno de Abranches, José Candido de Moraes e outros que formavam a *ala moça* do partido da Independencia e notável atuação tiveram na *Setembrada* (13 — set — 1831) e sua irmã, Sinhazinha Launé, animadora desse movimento e que havia de ficar na tradição como um modelo de beleza, graça, virtude e patriotismo da mulher maranhense, assim como Laurinha Pereira.

Entre os últimos descendentes dos Lamagnere conta-se o falecido médico maranhense Dr. Oscar Lamagnere Leal Galvão, douto lente de História Natural do Liceu Maranhense.

Dos Lamagnere sabemos que, nos meados do século XVIII, estavam economicamente, como os Leais e os Belfort, em decadencia. Mas a proteção que da Metrópole se mandou dispensar á lavoura foi altamente benéfica a essas três familias, que possuíam propriedades nos rios Mearim e Itapecurú. Readquiriram a prosperidade e continuaram exercendo no Maranhão a sua grande influéncia social, politica e economica.

Exara Jacome Ratton nas suas famosas "*Recordações*":

“As principais casas e famílias, que hoje têm representação no Maranhão, oriundas de Lourenço Belfort, de nação irlandesa, e de Lamaignere, de nação francesa, que antes do estabelecimento da companhia (1) ali se achavam com mais conhecimentos do que fortuna, a ela devem a prosperidade a que chegaram”. (2)

Do seu consórcio o casal João Gualberto da Costa houve doze filhos e três dos seus morreram três na infância ou adolescência e os restantes eram: Inês, Honorata, Candida, Amancia, Anacleta, Francisco Gaudencio Sabas, José Inácio e Angelo Frazão da Costa.

Os filhos que morreram na adolescência eram os jovens João Gualberto da Costa e Antonio Frazão da Costa. Os seus nomes, não os mencionou o pai no testamento. Identificámo-los quando verificámos que ambos estavam em 1840 matriculados no Liceu Maranhense na aula de *Gramática Filosófica da Língua e Análise dos Clássicos*, regida então pelo Padre Antonio da Costa Duarte.

Aqui vão algumas informações sobre os outros filhos do Comendador João Gualberto da Costa.

Francisco Sabas da Costa foi jornalista, poeta, teatrologo e crítico. Colaborou em vários jornais políticos ou literários maranhenses de seu tempo e deixou impressos os dramas histó-

- (1) — A Companhia Geral do Comércio do Maranhão e Grão Pará, criada em 1855 pelo Marquês de Pombal.
- (2) — Jacome Batton — “Recordações” — Londres, 1813.

ricos intitulados — “O Bequimão” (Maranhão, 1886 e “D. Pedro V ou o Moço Velho”.

(Era funcionario aduaneiro.

Casou-se com D. Margarida Pinelli, talentosa artista lirica.

O salão de D. Margarida Pinelli da Costa ou D. Margarida Costa, assim era conhecida, foi um ponto de reunião do que havia de mais seletos nos meios social e intelectual maranhenses, numa época ainda de muito brilho para o Maranhão. Frequentou-o assiduamente Celso de Magalhães, que era compositor musical e cantava com voz educada.

Na história literária e artistica do Maranhão é preciso abrir um capítulo para esse salão, com o estudo das figuras que o frequentaram, compositores e instrumentistas, cantores, homens de letras, politicos e uma galeria de damas de aprimorada educação e cultura artistica e literária.

José Frazão da Costa foi comerciante no Maranhão e depois no Pará. Deixou do seu sórcio com D. Rita Amélia de Oliveira Costa muitos filhos.

Inácio Frazão da Costa foi fazendeiro e comerciante no Coroaá e depois politico e Administrador do Correio na Capital da então Provincia. Militando nas hostes politicas dos *maistas*, chefiadas pelo grande médico Dr. José da Silva Maia, gozava de tanto prestigio na sociedade do Maranhão que a sua casa no Caminho Grande, no antigo sítio Monte Cristo, pertencente a seu pai e próximo á Estação de Bondes, era a única nesta cidade onde se reuniam os chefes das várias facções politicas da Provincia, entre

— 13 —

êles Gomes de Castro e o Barão de Grajaú, pois a regra era não ir um dêles a casa pelo outro frequençada.

Indicado pelo seu partido para a deputação á Assembléa Provincial Inácio Costa declinou da oferta, pedindo aos amigos elegessem o seu irmão Angelo.

Era geralmente conhecida da gente antiga do Maranhão a influencia que Inácio Costa exerceu indiretamente na absolvição da Baronesa de Grajaú, quando esta foi levada á barra do Tribunal do Júri. Ele impediu que os seus amigos politicos e adversarios do Barão funcionassem no tribunal popular.

Casou-se Inácio Costa com D. Genuína de Araujo Torreão, filha do Desembargador Basilio Torreão e irmã do Guarda—Marinha Torreão (Antonio Augusto de Araujo—), que morreu heroicamente na batalha do Riachuelo, e do Desembargador Enéas de Araujo Torreão, integro e ilustrado Juiz de Direito de Cametá e de Caxias, Presidente da Província do Ceará e membro do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Era filho do casal Inácio Costa — Genuína Torreão da Costa o illustre maranhense Dr. João Gualberto Torreão da Costa, Governador do Maranhão no periodo de 11 de agosto de 1898 a 1.º de março de 1902 e depois Desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Maranhão.

Angelo Frazão da Costa exerceu além do mandato de Deputado Provincial alguns cargos publicos em S. Luís, onde foi comerciante. Casou-se com D. Lívia Wilson e em segunda nupcias com a viúva D. Estefania Wilson Stee-

venson, irmã da primeira. Ambas pertenciam a uma família inglesa, a mesma de que descende a distinta maranhense D. Lucília Wilson Coelho de Souza.

Entre os filhos de Angelo Costa podemos citar Oscar Wilson da Costa, pintor, e João Wilson da Costa, um dos pioneiros da moderna avicultura em S. Paulo.

Das cinco filhas do Comendador João Gualberto da Costa só três se casaram: D. Inês com Antonio da Cunha; D. Candida com Raimundo Ildefonso de Souza Barradas; D. Amancia com John Charles da Costa.

Do primeiro desses casais eram filhos: João Gualberto da Costa Cunha, pai de D. Laura da Cunha Malcher, espôsa do Dr. José da Gama Malcher, ilustrado advogado e ex-Interventor no Pará; D. Ana da Cunha Lobão casada com o Dr. Joaquim Lobão.

O casal D. Candida Costa Barradas — Raimundo Ildefonso de Souza Barradas, deixou entre outros filhos D. Amélia Barradas da Costa, casada com seu primo o capitalista inglês Frank da Costa (1), e o Dr. Manuel da Costa Barradas, Cônsul Geral do Brasil no Japão, que faleceu surpreendido por um terremoto quando almoçava num restaurante em Tóquio.

* * *

Vejamos agora o comerciante e o industrial.

(1) — Era filho de John Charles da Costa e D. Amancia Frazão da Costa e neto de Antonio Julião da Costa.

É João Gualberto da Costa a primeira figura do comércio do Maranhão durante um período que vai de 1820 a 1868. Não que não houvesse comerciantes mais ricos na praça, como era por exemplo o português Antonio José Meireles, milionário, que com o seu dinheiro tanto pesou para que o partido luso retardasse a adesão do Maranhão á Independência, chegando até a insuflar as tropas milicianas.

Mas nenhum teve o prestígio daquele, se excetuarmos, já nos últimos anos da sua vida, o notável Martinus Hoyer, dinamarquês de nascimento.

Trabalhou João Gualberto da Costa á frente da sua casa comercial até morrer, sempre honrando o seu nome. E o seu testamento, escrito três anos antes do seu falecimento, é espelho de uma consciencia tranquila de homem de bem.

Quando éle faleceu, a viúva e os filhos constituiram a firma Viuva de João Gualberto da Costa & Filhos, que em 1871 limitava os seus negócios á prensa de algodão. Dêsse ano é uma carta da firma transcrita por César Marques no artigo — “Tesouro” — do “Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão” — pag. 525 — S. Luís — 1870.

Além da casa comercial tinha João Gualberto da Costa uma prensa de algodão, conhecida geralmente pela denominação — “Prensa do Costa” — e localizada á margem do estuário do Bacanga, aos fundos da antiga rua

da Estrêla, hoje Candido Mendes. Foi a primeira, cremos, que se instalou no Maranhão. Muitos anos depois veio a segunda prensa, denominada — Prensa Nova — de propriedade de André de Castro Reis e localizada no mesmo bêco onde ficava a primeira. Essa travessa, prolongamento da rua Direita (hoje Henriques Leal) até à beira do Bacanga, fôra aberta por João Gualberto da Costa para serventia da sua prensa e dos quatro armazens que para ella construiu. Da mesma forma abriu elle a passagem hoje denominada — “Bêco da Prensa”

Afóra a prensa de algodão deve-se ao Comendador João Gualberto da Costa a primeira fábrika a vapor que se instalou no Maranhão.

Foi o estabelecimento denominado Feliz Empresa. Fundado em 1817, anos depois o tinham melhorado consideravelmente para ser movido a vapor. Era instalado em terreno sito á rua Madre Deus, hoje Candido Ribeiro, e abrangia uma série de edificações: casa das máquinas, com dois engenhos a vapor para descascar arroz, de dez cavalos de força cada um, casas do maquinista e do gerente, paíóis, rancharia para escravos.

Essa iniciativa define bem o espirito progressista de João Gualberto da Costa, sem a menor dúvida o primeiro industrial adiantado do Maranhão.

A fortuna do Comendador não era muito grande, já o dissemos, porém estava longe de se poder exprimir na realidade pelos algarismos daqueles 195.850\$899 mil réis em que fo-

— 17 —

ram avaliados no inventário os bens, (1) excluída a casa comercial. Mais um têrço aproximadamente deviam valer aqueles bens, porque era costume outrora subestimar consideravelmente o valor dos bens nos inventários. Ainda em obediencia a antiga praxe, são incluídos como credores do casal filhos e filhas que não estavam na realidade em condições de emprestar dinheiro ao Comendador. As dividas passivas puderam assim ser elevadas a um total de 60.511\$010 mil réis.

Devemos crer que com a casa comercial e mais 200 contos em dinheiro, encontrados em um cofre particular, o total real dos bens era pouco mais ou menos de 600 contos de réis.

* * *

O tempo de que dispomos para mandar imprimir êste quase improvisado trabalho — uma semana — limita muito o número das páginas. Apenas acrescentaremos ao que já está escrito algumas notas sobre as posições que occupou, as comissões de que se desempenhou e distinções que mereceu João Gualberto da Costa.

A Junta Provisória eleita em fevereiro de 1822 para governar a Provincia do Maranhão, presidida pelo Bispo D. Frei Joaquim de N. S.

(1) — A Prensa e seus edificios, a Fábrica Feliz Empresa e seus edificios, 7 casas na cidade, sítio "Monte Cristo" no Caminho Grande, 2 terrenos, 32 escravos, títulos joias, trastes, alfaías e baixela.



de Nazaré, nomeou em abril dêsse ano a *Comissão Particular de Administração e Interesse Público*, incumbida de proceder a um inquerito geral sobre o estado da administração do Maranhão, apontando o que fôsse preciso fazer, emendar ou corrigir e apresentando sugestões sobre todos os problemas de interesse para a coletividade, para o que lhe foram franqueados os arquivos públicos.

Foram escolhidos para a Comissão os seguintes cidadãos : Coronel Isidoro Rodrigues Pereira, Capitão José dos Santos Monteiro, Tenente-Coronel José Felix Pereira de Burgos, Capitão-Mor Ricardo Henriques Leal, Dr. Patrício José de Almeida e Silva, Padre Antonio da Cruz Ferreira Tezinho, Antonio José Saturnino das Mercês, Lourenço de Castro Belfort, João Gualberto da Costa, Francisco José da Costa e Dr. Antonio Gomes Pires.

A comissão reuniu-se a 13 de abril, elegendo Lourenço de Castro Belfort Presidente e João Gualberto da Costa, Secreário. As demais reuniões realizaram-se na casa do Secreário, á rua da Esrêla. (1)

O relatório ou *manifesto* que elaborou a comissão é um dos trabalhos mais importantes para o estudo da situação das finanças, lavoura, pecuária, transportes, administração e

(1) — O sobrado que demoliram para construir no seu terreno a casa onde se instalou a Drogeria Caldas.

de
José Raimundo Santos
São Luís - MA.

instrução no Maranhão do primeiro quartel do século XIX. (1)

Em julho de 1823 a Junta Provisória governativa convoca um conselho de militares e civis para com êle consultar sobre os graves acontecimentos decorrentes do indomestável progresso que fazia a causa da adesão do Maranhão à Independência. Dêsse conselho faz parte, com outras figuras importantes da Província, João Gualberto da Costa.

Proclamada no Maranhão a Independência em 1823, João Gualberto da Costa passou voluntariamente a ser cidadão brasileiro. E' de notar que, quando viu a obstinação com que a Junta Provisória presidida por D. Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré e submissa aos caprichos do Marechal Agostinho de Faria, Comandante das Armas, procurava retardar na Província a vitória da causa da emancipação política do Brasil assumindo atitudes cada vez mais irritantes e já para o fim ridiculas, tratou de se afastar dos conciliábulos promovidos pelos portugueses mais exaltados. A sua lúcida inteligência compreendia, de certo, a inutilidade de quaisquer esforços para impedir a proclamação da Independência numa Província onde quase todo o território estava sob o dominio das forças da insurreição que

(1) — *“Manifesto da comissão particular de administração e interêsse público, creada pela Exma. junta provisória e administrativa do governo desta provincia”*. — Maranhão — Imprensa Nacional — 1822.

havia imposto a capitulação ao Major João José da Cunha Fidié em Caxias. As suas simpatias, sabiam todos os da sua familia, eram pelo partido dos brasileiros. Assim, se a proclamação da Independencia foi motivo de ficarem impopularizados muitos portuguezes domiciliados em S. Luis, tendo uns poucos soffido perseguições e apanhado surras, pelo que se viram forçados a deixar o Maranhão, a João Gualberto da Costa serviu para aumentar a simpatia que já havia alcançado entre a população maranhense.

Pouco depois de 1823 era eleito vereador da Camara Municipal de S. Luis, da qual foi Presidente, e em 1829 ainda estava na vereação, como refere César Marques ao tratar da comissão designada pela Camara, a 2 de julho, para escolher nas *cercas* das igrejas lugares próprios para a construção de pequenos cemitérios. (1)

Em 1848 foi ao Pará, onde por uma escritura particular ratificou e aclarou o contrato da sociedade que formara, desde 1817 e 1818, com seu irmão Antonio Julião da Costa, representado no ato de ratificação por seu filho, John Charles da Costa, com procuração lavrada pelo notário James Thompson, de Liverpool. Entrou para a sociedade, proprietária da fabrica Feliz Empresa, Francisco Gaudencio da Costa, irmão dos primeiros socios.

(1) — César Marques — “*Dic. Hist. e Geogr. da Prov. do Maranhão*”, pag. 129. — Maranhão — 1870.



Regressando ao Maranhão, novos trabalhos de interesse publico o esperavam.

Em 1854 o comércio elegeu-o Presidente da Comissão da Praça.

Em 1855, em obediencia ao Decreto n.º 1.597 de 1.º maio, que criara no Maranhão um Tribunal de Comércio, foi este instalado em S. Luis, na Casa do Despacho da Relação, a 24 de outubro, ao meio dia.

Compunham este tribunal: os Desembargadores Cipriano José Veloso (Presidente); Manuel Jeronimo Guedes Alcanforado, Manuel José de Araujo Franco (Adjuntos interinos) D. Francisco Baltazar da Silveira (Fiscal interino) e os Deputados Comerciantes *João Gualberto da Costa*, Manuel Antonio dos Santos e, como Suplente, Joaquim José Alves por impedimento de José Antonio da Silva Guimarães. Os adjuntos efetivos eram os Desembargadores Manuel Joaquim de Souza Brito e Antonio Manuel Fernandes Junior, que ainda não haviam chegado ao Maranhão. (1)

D. Pedro II conferiu-lhe o officialato da Ordem da Rosa, galardão a que se referiu o Co-

(1) — Do arquivo do Departamento de Industria e Comércio faz parte o livro de Atas do Tribunal de Comércio, com as atas das sessões realizadas desde a data da instalação até 14 de novembro de 1864.

Da Secretaria do tribunal foi Official Maior Angelo Frazão da Costa. Foram Secretários do Tribunal Pedro Wenescop Cantanhede e mais tarde Antonio Marques Rodrigues.

mandador com muita singeleza como adiante veremos.

Em 1865 (outubro, 16) escreveu o seu testamento e o levou, para ser aprovado com as formalidades do estilo ao cartório do tabelião José Nunes de Souza Belfort.

Nesse documento recomendou a sua mulher que lhe fizesse funeral sem pompa nem musica, e acrescentou : “e não pouco que nele me sejam feitas honras militares a que porventura me dê direito o *oficialato da Ordem da Rosa com que tão imerecidamente me honrou ha anos S. Mage. Imperial*”.

Cheio de serviços á sua Patria adoptiva, como declarou o Governo Imperial no ato de lhe conferir a comenda da Ordem da Rosa, faleceu o Comendador João Gualberto da Costa aos 21 de janeiro de 1868, pelas 19 horas da noite.

Morreu, como tinha vivido, cercado geral estima e respeito.

A sua vida e a sua personalidade definem-se nestas palavras : honradez, trabalho, firmeza, urbanidade, fino e modéstia.

DOAÇÃO
de
José Raimundo Santos
São Luis - MA.

Escrito, datilografado, composto, revisto e impresso em uma semana, êste opúsculo está inçado de erros de revisão.

Avultam as incorreções ortográficas, porque o revisor não pôde compulsar o volumoso «Pequeno Vocabulário Ortográfico» da Academia Brasileira, até agora não encontrável nas livrarias da terra.

Não perderemos tempo em organizar uma errata. E' que não há erros tão graves que prejudiquem a compreensão do texto.

